



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

379

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0277984-4

AGRAVANTE: JOSÉ ROSÁRIO RODEIRO

AGRAVADOS: EDISON RUY DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA DADO EM GARANTIA. IMPLAUSIBILIDADE DA ALEGAÇÃO DO EXECUTADO DE DESCONHECIMENTO DA INEXEQUIBILIDADE DO BEM. EXECUTADO QUE À ÉPOCA DA PENHORA ERA PROPRIETÁRIO DE VÁRIOS BENS, MAS POR LIVRE CONVENCIMENTO OPTOU POR INDICAR O IMÓVEL EM QUE RESIDIA. DESRESPEITO À BOA-FÉ OBJETIVA. VALIDADE DO ATO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO QUE DESCONSTITUIU A PENHORA. **AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.** DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0277984-4, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso, revogando a decisão agravada, que desconstituiu a penhora, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte deste julgado.

Sessão realizada em 11.09.12.

Recife, 11 de Setembro de 2012.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

374
CH

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0277984-4

AGRAVANTE: JOSÉ ROSÁRIO RODEIRO

AGRAVADOS: EDISON RUY DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto em face da decisão interlocutória proferida pela MM. Juíza de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE que, nos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL** - processo nº 12235-34.2012.8.17.0000 -, desconstituiu a penhora, alegando não ser possível a renúncia à impenhorabilidade do bem de família, ainda que oferecido voluntariamente como garantia pelos devedores.

Sustenta o agravante, terem os agravados agido de má-fé, uma vez que tinham conhecimento de que o imóvel oferecido em garantia não poderia ser alvo de penhora em razão de proteção legal. Aduz o Agravante que, ao firmar o negócio jurídico, o Agravado renunciou ao benefício da impenhorabilidade, pois ofereceu o bem de família em garantia voluntariamente, aplicando-se, portanto, o art. 3º, V, da Lei 8.009/90, abaixo transcrito:

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II - pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III - pelo credor de pensão alimentícia;
devidas em função do imóvel familiar;

V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI - por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Por fim, requer o Autor/Agravante, a concessão de liminar para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso em foco, determinando, via de consequência, a suspensão dos efeitos da decisão impugnada, para que seja mantida a penhora do bem imóvel dado em garantia, sob pena de incorrer em enorme prejuízo, argumentando que, enquanto este Tribunal não determinar a manutenção da penhora outrora realizada, mais complicada tornar-se-á sua situação, pois o Agravado continuará na posse do bem, acarretando efeitos danosos a sua saúde financeira.

Em decisão interlocutória de fls. 362/365, deferi o pedido de efeito obstativo requerido pelo agravante para suspender a decisão agravada e determinar a reconstituição da penhora. Desta decisão, intimou-se a parte agravada (fls. 367), para oferecimento de contrarrazões, no entanto, o prazo para manifestação transcorreu *in albis*.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 31 de agosto de 2012.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

380

SEXTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0277984-4

AGRAVANTE: JOSÉ ROSÁRIO RODEIRO

AGRAVADOS: EDISON RUY DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

Conforme relatei, cuida-se de agravo de instrumento, interposto em face da decisão interlocutória proferida pela MM. Juíza de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE que, nos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL** - processo nº 12235-34.2012.8.17.0000 -, desconstituiu a penhora, alegando não ser possível a renúncia à impenhorabilidade do bem de família, ainda que oferecido voluntariamente como garantia pelos devedores.

Da análise dos autos, é possível verificar que após o acordo inicialmente descumprido, que deu causa a presente ação, houve, ainda, no decorrer deste processo, a homologação judicial de transação efetuada entre os litigantes, na qual já assistido por seu advogado, o Agravado/Executado ofereceu novamente como garantia o bem objeto da demanda, sendo implausível a alegação de desconhecimento legal no que diz respeito a sua impenhorabilidade.

Em declaração de bens realizada em 10 de março de 2007 (doc. 4 às fls. 51/53), dois meses antes da realização do primeiro acordo, o executado declara diversos imóveis como de sua propriedade, porém, em ato de livre convencimento, opta por indicar justamente o imóvel em que reside, fato que reforça a crença de ter agido de má-fé, tentando beneficiar-se da própria torpeza. Ao agir de modo contraditório, praticando um ato processual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

381

e depois outro diametralmente oposto, o executado incorreu em abuso de direito, gerando a expectativa de satisfação de um crédito que desde o início sabia que não seria cumprida, violando o princípio da boa-fé objetiva, regra ética que deve estar presente durante toda a relação negocial.

Ante o exposto, voto pelo provimento do presente agravo de instrumento, confirmando-se a decisão interlocutória de fls. 362/365, no sentido de revogar em definitivo a decisão agravada, para que seja reconstituída a penhora.

É como voto.

Recife,

11 de setembro de 2012.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator